

# HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, HISTÓRIAS EM CONSTRUÇÃO\*

Diogo da Silva Roiz\*\*

**RESUMO:** *História da Universidade de São Paulo, histórias em construção.* Infere-se, neste artigo, que houve tentativas de construção de uma ‘memória coletiva’ sobre a fundação da Universidade de São Paulo. Notou-se que a organização dos cursos da FFCL/USP esteve articulada sobre um projeto político e intelectual de formação de profissionais tanto para os níveis ‘primário’ e ‘secundário’, quanto para o nível superior.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória Coletiva, Discurso Fundador; Formação Profissional, Faculdade de Filosofia.

**ABSTRACT:** *History of University of São Paulo, histories in construction.* Had a try to beuld a ‘coletive memory’ about the fundation of the São Paulo University. The organization of the FFCL/USP courses was connecting with a political and intellectual project. This project wonted to degree professionals in mianny levels.

**KEYWORDS:** Coletive Memory, Discurse, Professional, Philosophy College.

No último 25 de janeiro de 2006 a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e a Universidade de São Paulo completavam 72 anos de existência. Durante esse período destacou-se como objetivo básico da instituição a formação de pessoal qualificado para o ensino médio, como também para o ensino superior. Quando foi criada na década de 1930 a instituição era uma das pioneiras no país. Nos anos de 1960 o projeto de criação de universidades já estava sendo consolidado em vários estados, e no caso do Estado de São Paulo ocorria o processo de interiorização do ensino superior, do qual nos anos de 1970 originaria a Universidade Estadual Paulista (a Unesp). Foi nos anos de 1970, que também ocorreria a ampliação de programas de pós-graduação em História e Ciências Sociais, com vistas a prosseguir a qualificação de docentes para o ensino superior, tendo em vista a alta demanda com a criação de vários cursos de graduação em universidades federais e estaduais. Curioso o fato de que após 72 anos da criação das primeiras universidades no país, e as posteriores ampliações do ensino superior, no Estado de Mato Grosso do Sul, as universidades federais e estaduais ainda desempenhem as funções básicas de formação de pessoal qualificado para suprir as

\* Versão reformulada de parte do primeiro capítulo de dissertação de mestrado em História intitulada: *A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1956*, sob orientação do Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel. A pesquisa foi financiada pela CAPES. Gostaria aqui de agradecer a Prof.ª Dr.ª Márcia Regina Capelari Naxara, ao Prof. Dr. José Luís Sanfelice, ao Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França e ao Prof. Dr. Nelson Schapochnik as sugestões e críticas, que dentro do possível foram incorporadas a essa versão.

\*\* Mestre em História pela Unesp, Campus de Franca. Professor do Departamento de História da UEMS, Campus de Amambai. É também coordenador do Curso de História da UEMS/Amambai.

demandas e precariedades do ensino fundamental e médio o estado. Nesse sentido, a discussão do artigo parece duplamente pertinente. A de demonstrar os caminhos e as escolhas tomadas por parte da intelectualidade paulista quando se tentou implantar o projeto de criação das primeiras Faculdades de Filosofia e universidades. Como ainda servir de indicador para um Estado que ainda almeja efetivar tal processo, como é o caso do Estado de Mato Grosso do Sul, hoje com pouco mais de 28 anos de existência. Desse modo, o artigo procura indicar que houve tentativas de construção de uma ‘memória coletiva’ sobre a fundação da Universidade de São Paulo, sugerindo que a organização dos cursos esteve articulada sobre um projeto político e intelectual de formação de profissionais, tanto para os níveis ‘primário’ e ‘secundário’, quanto para o nível superior.

A 25 de janeiro de 1937, ‘dia de São Paulo’, à noite, em sessão solene no anfiteatro da Faculdade de Medicina (incorporada a Universidade de São Paulo, em 1934), presidida pelo reitor da Universidade, Prof. Dr. Reynaldo Porchat, que estava ao lado do secretário da Educação, Prof. Cantídio de Moura Campos e do diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras o Prof. Antônio de Almeida Prado, ocorria a primeira cerimônia de formatura daquela instituição.

Após três anos de funcionamento a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo conferia a entrega de diplomas a sua primeira turma de licenciados. Os primeiros 26 alunos formados nas seções de Filosofia, Ciências e Letras estariam prontos para desempenhar as funções de professor de ensino secundário nas escolas públicas e privadas do Estado de São Paulo, como ressaltou o orador daquela turma, João Cruz Costa, acreditando ser aquela a primeira vez “que em nossa terra se faz, oficialmente, tal profissão de fé”.

Muito provavelmente, por diversos motivos, apenas alguns se dedicariam ao “ofício de inteligência pura, da vida científica e especulativa”, prossegue o orador, “apenas se apresentavam ‘voluntários’, porque até aqui não existiam quadros regulares onde fôsse permitido a brasileiros a sua inteira consagração à vida do estudo e de meditação”. Acreditava em uma mudança social e cultural do país com a criação de Universidades, na medida, em que foi “essa (...) a ‘grande revolução’ que veio operar em nosso meio a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (...) A Universidade virá realizar a obra de criação do pensamento nacional. Dela hão de partir gerações mais felizes do que a nossa, às quais caberá edificar o Brasil intelectual e culto, que será o Brasil de amanhã”<sup>1</sup>.

Criava-se com a data comemorativa um momento de consagração<sup>2</sup>, no qual o

---

<sup>1</sup> Discurso pronunciado pelo orador da turma João Cruz Costa em 25/1/1937 (In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1936, 1937*, p.191). Naquele momento terminavam os cursos, 10 alunos de Filosofia, 5 de Ciências Matemáticas, 1 de Ciências Físicas, 7 de Geografia e História, 1 de Ciências Sociais e Políticas e 2 de Letras Clássicas e Português. Apenas duas mulheres, Adélia Dranger que se formava no curso de Filosofia e Ofélia Ferraz do Amaral no curso de Ciências Sociais e Políticas. Embora a idade seja um fator impreciso, porque não se conseguiu delinear a faixa etária de cada um dos alunos, do momento de entrada na Faculdade até a formatura, acredita-se que a maioria estivesse na faixa etária de 21 a 29 anos de idade. Essa hipótese foi levantada a partir de 11 currículos encontrados nos Anuários da Faculdade de Filosofia dos licenciados desta turma que vieram a ser professores na instituição.

<sup>2</sup> Sobre a questão dos níveis de consagração, ver Abreu (1996). Para uma análise da atuação profissional no setor acadêmico, ver Balbachevsky (1996).

projeto de elaboração de Universidades constituiria o ponto central da cerimônia, dispondo na ‘memória coletiva’ das pessoas que compareceram ao anfiteatro, o enaltecimento de um projeto dirigido por uma parte da ‘elite dirigente paulista’, em que se agrupava ‘empresários’ e ‘educadores’, desde o final dos anos 1920 (Limongi, 1989:111-187; Cardoso, 1982). Nele se reuniram, de um lado, profissionais liberais que viriam a ser conhecidos como o ‘grupo do jornal *O Estado de S. Paulo*’ sob o comando de Júlio de Mesquita Filho, e do outro, com integrantes do que veio a ser denominado ‘*escolanovismo* brasileiro’, no qual se reuniam, entre outros, Fernando de Azevedo<sup>3</sup>. A meta almejada por aqueles homens e mulheres (que compunham o movimento escolanovista) foi à reconstrução do país, a partir da expansão do ensino primário e secundário por todo o território nacional (Nunes, 2001; Cunha, 1992; Bueno, 1987). Dentro desse contexto social específico, que se deve observar o discurso de Júlio de Mesquita Filho, paraninfo da turma de 1936 da Faculdade de Filosofia. Nesse discurso, Júlio de Mesquita, propôs uma maneira para a qual deveria ser entendida a fundação da Universidade, e, conseqüentemente, os caminhos que ela deveria seguir. Nas suas palavras:

“[...] não me seria licito equiparar a entrega de diplomas à primeira turma de licenciados (...) ao ato banal e corriqueiro pelo qual, findo os cursos regulares, são considerados aptos a exercer as chamadas profissões liberais àqueles que [se formavam] no Direito, na Engenharia ou na Medicina (...). As vossas preocupações são de outra natureza. Não são passíveis de aplicação imediata as disciplinas em que formastes o vosso espírito. Egressos de uma Faculdade onde se professa o culto pela ciência, espontaneamente votastes a vossa vida e a vossa inteligência ao progresso dos conhecimentos humanos (...) cabe-vos de direito um lugar destacado na comunhão universitária, e a vossa formatura, ultrapassando de muito o significado de uma simples festividade escolar, marca um etapa decisiva na história do pensamento nacional (...). Com a vossa licenciatura, pela primeira vez, no decorrer de nossa evolução, aparece, para atuar nos destinos da nacionalidade, um grupo de jovens, oriundos de um instituto de alta cultura, cujos diplomas (...) integram a totalidade das disciplinas de que se constitui o saber humano. Assim, o fato de vos achardes prontos a preencher a lacuna centenária que nos relegava à condição humilhante e subalterna de colônia intelectual, passa a assinalar uma das mais profundas transformações jamais verificadas em nosso meio. Encerrastes definitivamente um ciclo da nossa existência, para dar início a outro: o da maioridade cultural<sup>4</sup>.”

Continuava o discurso expondo as razões pelas quais o Estado de São Paulo havia estado no centro da economia nacional – com a produção e exportação de café –, para onde saiu (parcialmente) do cenário depois da ‘crise de 1929’ (em meio aos turbilhões internacionais nas bolsas de valores), quando acabou perdendo força política<sup>5</sup>,

<sup>3</sup> Para maiores detalhes e análise do assunto consultar, entre outros: Cardoso (1982); Mate (2002); Bittencourt (1990).

<sup>4</sup> Oração do paraninfo Júlio de Mesquita Filho In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1936, 1937*, p.198.

<sup>5</sup> Vários autores, nas últimas décadas, têm se detido sobre a ‘crise de 1929’. Para uma análise dos desdobramentos políticos, econômicos e sociais daquele período consultar, entre outros: Silva (1985); Cano (1998); Mello (1998); Draibe (1985).

junto com o Estado de Minas Gerais, em função da ‘Revolução de 1930’ (Fausto, 1997). Naquelas circunstâncias, segundo ele, o Estado de São Paulo buscou em vão o retorno ‘glorioso’ por meio da ‘Revolução constitucionalista de 1932’, porque era necessária uma transformação, naquele momento, não apenas estadual, mas em nível nacional. A melhor forma para isso, prosseguia, era a criação de uma ‘nova elite dirigente’ formada nas Universidades, para buscar cultivar nas ‘gerações’ de jovens do ensino primário e secundário a ‘consciência nacional’. Por ‘elite dirigente’ entendia um conjunto de indivíduos de origens diversas, mas detendo posições econômicas e políticas significativas no interior da sociedade, a partir das quais atingiam setores de comando estatal, onde as decisões do Estado e da Nação eram tomadas. Mas já nesse momento, não viam mais a ‘elite dirigente’ somente enquanto proveniente da reprodução dos próprios grupos políticos e econômicos no poder, mas enquanto um grupo diversificado que tinha como ponto em comum originar uma ‘elite dirigente’ por meio do ensino oferecido em escolas ‘primárias’ e ‘secundárias’ (Miceli, 2001; Cardoso, 1982). Na verdade, muito poucos jovens atingiam o ensino superior, e por isso o público alvo daquela iniciativa foram às crianças e jovens do ensino ‘primário’ e ‘secundário’, as quais deveriam proliferar aqueles ensinamentos dentro do ambiente familiar, no qual a maioria dos pais não sabia ler ou escrever (Cunha, 1992; Bueno, 1987). Portanto, para São Paulo voltar à sua posição de ‘locomotiva do país’ deveria antes de tudo alfabetizar a população do Estado. Evidentemente, Júlio de Mesquita Filho, não se referia a uma efetiva reestruturação da educação pública e privada. O seu interesse era na formação de ‘novos quadros’ para o ensino – em que até aquele momento se dirigiam os ‘derrotados’ das profissões liberais – com o objetivo de suprir, além das necessidades de formação de pessoal qualificado, dirigir a população os caminhos que ‘efetivamente’ deveriam ser tomados pelo Estado. Daí, para ele, a importância do professor secundário: ‘formar grupos dirigentes’. Quer dizer: capacitar a população para conhecer as alternativas que deveriam ser tomadas pelo Estado e preparar as próximas gerações de ‘grupos dirigentes’ que receberiam a etapa final de sua formação nas universidades.

“Sabeis o que representa para um povo o ensino das humanidades. Não desconheceis que dêle depende principalmente a maior ou menor aptidão dos povos para conservar a própria independência, senão o lugar que porventura venham a ocupar na hierarquia internacional. É (...) de capital importância para as nacionalidades a organização de um ensino secundário capaz de suscitar valores e capacidades em condições de constituir uma sólida elite dirigente (...) Para os advogados sem causas reserva[vam]-se as cadeiras de português, de história, de lógica e de psicologia. Nunca conseguiu um engenheiro um trecho de estrada ou a construção de uma ponte? Dava-se-lhe no ginásio mais próximo, como ficha de consolação, a cadeira de álgebra ou de física, de desenho ou de aritmética. Ao médico destituído de clientela cabia lecionar química ou as ciências naturais (...) eu vos dizia, há pouco, que, entre as múltiplas tarefas que vos incumbe realizar, está na primeira plana o dever de substituir o conceito do saber por um outro: o do saber posto ao serviço da coletividade (...) tendes por principal missão criar um ideal, uma

consciência coletiva ou, para falar a linguagem da época, tendes por principal missão criar no espírito da juventude e instilar-lhe na alma coletiva a mística nacional (...) Sois, na quási totalidade, nascidos em S. Paulo; e, se porventura alguns de vós aqui não viram pela primeira vez a luz do sol, dentro de nossas fronteiras formaram o seu caráter e amadureceram para a vida do pensamento. Nessas condições, basta que volvais o olhar para o passado, basta que vos apliqueis a penetrar o verdadeiro sentido da nossa história, para que não vos assalte sombra de uma dúvida sobre a rota a indicar às gerações de amanhã”<sup>6</sup>.

Assim, a fala de Júlio de Mesquita Filho veio destacar como uma das principais funções da Universidade, a formação de pessoal qualificado para suprir as necessidades do ensino público e privado oferecido até aquele momento no nível primário e secundário das escolas federais, estaduais, municipais, religiosas ou fundadas por imigrantes (Bittencourt, 1990). Mesmo que, desde 1925, com a publicação do texto ‘A crise nacional’, Júlio de Mesquita Filho já viesse esboçando tais idéias, apenas depois de 1930, com as reviravoltas do sistema político e econômico, que o projeto ganhou contornos mais definidos. Para Júlio de Mesquita Neto “quase todos se esquecem de que o projeto da Universidade e da Faculdade de Filosofia, tal qual sonhado em 1925 por Júlio de Mesquita Filho e publicado em ‘A crise nacional’, consistia não apenas em criar um centro de investigação científica, mas também de formação de professores capacitados para o ensino secundário. Mais ainda, esquece-se de que o ensino na Universidade de São Paulo e na Faculdade de Filosofia era público e gratuito [com exceção de matrículas em exames de ingresso] e que uma das obsessões de Júlio de Mesquita Filho e de Armando de Salles Oliveira era que o ensino secundário fosse de alto nível e para isso bem remunerado”. Em seguida ressalta que as idéias de “Júlio de Mesquita Filho sobre a crise nacional, expostas em 1925 (...) são o alicerce sobre o qual se construirão a Universidade e a Faculdade de Filosofia. Não havia questão de hegemonia paulista em 1925; havia consciência, isto sim, de que contribuição São Paulo poderia dar para auxiliar o Brasil a superar suas dificuldades” (Mesquita Neto In: Freitas, 1993:12-13). Júlio de Mesquita Neto, não entendia, por isso, porque foi proliferada uma outra ‘memória coletiva’ sobre aqueles acontecimentos. Na verdade, Mesquita Neto, não teve contato direto com os discursos e as ocasiões a que vinha participando Júlio de Mesquita Filho depois de fundada a Universidade – o que lhe possibilitaria verificar como a proposta de 1925 se adequou as características da década de 1930.

Ainda que João Cruz Costa, naquele momento aluno recém formado do curso de Filosofia, tenha discursado antes de Júlio de Mesquita Filho, a sua fala convergiu em vários momentos com a do paraninfo da turma. Para João Cruz Costa, no “inevitável desenrolar dos acontecimentos políticos, deram-se os movimentos revolucionários de 1930 e 1932. O que êles mostraram, o que êles ensinaram e o que nos mostrou e o que nos ensina ainda hoje a experiência de outras nações, é que devemos cuidar da educação

<sup>6</sup> Oração do paraninfo Júlio de Mesquita Filho In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1936, 1937*, pp.203-205.

<sup>7</sup> Discurso pronunciado pelo orador da turma João Cruz Costa em 25/1/1937. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1936, 1937*, p.192.

e da cultura do nosso povo, afim de nos aprestarmos para iniciar uma nova e mais segura rota”<sup>7</sup>. Portanto, a “nossa missão, quaisquer que sejam os caminhos que agora tenhamos de trilhar, está intimamente ligado aos destinos da Universidade. Interessamos altamente a sua existência e a sorte que lhe está reservada, porque o seu destino se confunde com o nosso. É mister, pois, definir a nossa posição e o nosso pensamento acêrca da renovação que a Universidade veio operar em nosso meio”<sup>8</sup>. Acreditava João Cruz Costa que a função da Universidade não estava somente na formação de pessoal qualificado para o ensino secundário, mas também na formação de novos quadros de professores para suprir as próprias necessidades do ensino superior, na medida em que se procurava nos alunos o desenvolvimento do cultivo pelas ciências e pela ‘cultura do espírito’.

As iniciativas vinculadas à fala dos oradores confluíam com as características do ambiente e do espaço acadêmico a que se tentava construir para a Universidade: de centro produtor de uma ‘elite dirigente’. Mas como observado acima, o entendimento do que seria esta ‘elite dirigente’ havia diversificado: não mais a mera reprodução de quadros econômicos e políticos, mas a formação de novos grupos, que se originavam da ação dos professores secundários e dos professores do ensino superior.

Embora esse ambiente viesse sendo delimitado desde os projetos iniciais para a sua elaboração, com propostas já nos anos 1920<sup>9</sup>, somente com a conjuntura política e econômica, moldada na década de 1930, é que a construção de uma memória, sobre a fundação da Universidade, passou a ser cogitada por aqueles intelectuais – que se convencionou agrupar junto ao movimento ‘escolanovista’ (Mate, 2002; Cunha, 1992; Mota, 1998, pp. 74-83; Prado, 1974; Capelato, 1974; Cardoso, 1982). Com a formatura da primeira turma, situava-se como muito oportuna à manutenção de um discurso sobre a fundação da instituição. Servindo-se do momento ritualístico, particularmente Júlio de Mesquita Filho procurava fixar, a partir de suas memórias, os alicerces para moldar uma ‘memória coletiva’ sobre a fundação da Universidade. E que já aquela altura encontrava ambiente propício, pois, permeava a Faculdade de Filosofia, como demonstrava o discurso de João Cruz Costa, tentativas de se rememorar aquele período inicial da instituição.

Os movimentos intelectuais e políticos, no Brasil, desde o século XIX, pelo menos, procuravam construir as suas tradições por meio de um repertório discursivo que os diferenciam de outros grupos, ao mesmo tempo em que delineiam uma pretendida originalidade teórica e prática, com obras e manifestos de fundação elaborados por seus atores sociais originários. Ou ainda, a fazem retrospectivamente como forma de definir campos de atuação, a partir da ação dos fundadores do movimento e das obras e autores a ele vinculados, com os quais se preocupam em situar objetivos paralelos, na medida em que se define uma identidade comum (Alonso, 2002).

<sup>7</sup> Discurso pronunciado pelo orador da turma João Cruz Costa em 25/1/1937. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1936, 1937*, pp.190-191.

<sup>9</sup> Para maiores informações sobre o período e as iniciativas de fundação de uma Universidade no Estado de São Paulo ver: CARDOSO, 1982; LIMONGI, 1989, pp. 111-187.

No caso específico da fundação da Universidade de São Paulo ambas as possibilidades se mesclavam, por se tratar de um movimento em que os atores sociais que deram origem as primeiras iniciativas para sua criação atuarem em momentos emblemáticos da instituição (como comemorações, rituais de consagração, aulas e orientações de pesquisas), formando nas primeiras turmas dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, laços de continuidade. Os alunos que prosseguiram na Faculdade de Filosofia, como assistentes de cátedras, mantinham uma tradição intelectual (Gomes, 1999): ou por manutenção dos ideais dos fundadores, ou por discordância as suas iniciativas. Nesse sentido, as falas de Júlio de Mesquita Filho e João Cruz Costa estavam diretamente relacionadas àquele ambiente de procura de espaço e função à Faculdade de Filosofia, porque muitos grupos culturais e políticos também foram contra a iniciativa de fundação da Universidade; e, posteriormente, também estiveram contra os intercâmbios culturais com intelectuais de outros países (Nadai, 1987; Massi, 1991). Nos anos 1930, parecia estranho para parte da intelectualidade brasileira (particularmente, a paulista) procurar pesquisadores e professores fora do país, enquanto aqui dentro existiam diversos (ainda que vindos de uma tradição de autodidatismo) profissionais (Iglésias, 2000; Lapa, 1981).

Quase vinte anos depois desse período de procura de espaço junto à sociedade e atribuição de funções a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, para justificar a sua existência como instituição de ensino e pesquisa, muitas barreiras ainda eram encontradas. Muitos alunos tinham dificuldades para fazer carreira em escolas oficiais e particulares. Muitas críticas ainda se dirigiam a instituição; principalmente, aquelas de profissionais, vindos de uma tradição de ‘autodidatismo’, que não conseguiram fazer carreira na Universidade. Muitos homens e mulheres que não sabiam ler e escrever, pouco ou nada entendiam a função daquela instituição, além do fato de formar professores para o ensino secundário (Freitas, 1993; Nadai, 1991; Fonseca, 1997). Contudo, a afirmação acima não deve ser vista como a única maneira pela qual a Universidade foi notada pela sociedade. A maneira como era observada a instituição dependia da distância ou da proximidade que homens e mulheres vislumbravam para seus filhos, ou ainda, para si mesmos. “Meu pai” dizia, em entrevista, uma ex-aluna do curso de Geografia e História, que o cursou entre 1938 e 1941, “tinha nível escolar equivalente ao Ensino Médio, fez curso de comércio na Bélgica e trabalhava com comércio de madeira; minha mãe era nominalista e lecionou até se casar (...) o motivo que me levou a cursar o ensino superior foi à expectativa da família” (Entrevista n. 1. In: Cerdeira, 2001, p. 161).

Por outro lado, mesmo que nas Ciências Humanas, que faziam parte dos cursos das seções de Filosofia, Ciências e Letras, já se dispusesse de uma experiência que se constituía: na formação de turmas de estudantes, na organização de currículos básicos para cada curso e na formação de professores que passaram a subsidiar as cadeiras dos cursos (quando ocorria a abertura de nova ou a falta de profissional em antiga), notava-se, pelos relatórios das cadeiras, que faltava percorrer ainda um longo caminho para os cursos se consolidarem institucionalmente, porque muitas áreas ainda estavam

procurando desenvolver procedimentos de pesquisa e fundamentar seu ‘ofício’ perante uma parte da intelectualidade, provenientes do ‘autodidatismo’. Georges Dumas, já em 1935, numa carta de 1 de setembro, dirigida ao Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, circunstanciava os avanços que poderiam trazer as Faculdades de Filosofia. Mas, para tanto, estas deviam antes reformular a compreensão que alguns intelectuais brasileiros faziam das Ciências Humanas, na medida em que demonstrassem a especificidade daquela formação.

“Todos os professores franceses que vêm ao Brasil se impressionam com a cultura e inteligência dos ouvintes e estudantes que conhecem mais de perto, mas também se espantam pelo fato de que tanta inteligência e tanta cultura se originem tão poucas obras que contem na produção mundial.

A contradição é menos forte nas ciências, apesar de existir também aí. Ainda que a produção científica do Brasil tenha progredido sem cessar nos últimos cinquenta anos graças às suas faculdades de medicina, serviços geológicos, institutos científicos, escolas e ao Museu Nacional, existe muito ainda a fazer nesta área para organizar e aumentar o rendimento geral da ciência brasileira.

Estou persuadido de que a contradição que constato se explica pelo fato de não haver, no Brasil, organismos encarregados de ensinar à juventude, de forma metódica e desinteressada, as disciplinas gerais de pesquisa e de trabalho, na esfera científica e mais ainda na esfera filosófica, histórica e literária. Quase tudo é deixado, nestes últimos domínios, às iniciativas individuais, e é por isto que o país possui tantos autodidatas e um número tão pequeno de trabalhadores formados nos métodos de pesquisa e de crítica, que são a condição essencial para a produção.

Tudo isto é para dizer-lhe, se desejamos que o Brasil tenha o lugar que lhe cabe entre as nações produtoras de valores intelectuais, é necessário criar tão cedo quanto possível estas faculdades de filosofia, ciências e letras que serão a alma de sua universidade nacional”<sup>10</sup>.

O tempo que passou permitiu ao corpo docente de professores, das distintas seções da Faculdade de Filosofia e da congregação, ocuparem-se não apenas de questões institucionais ligadas: a concursos públicos para preenchimentos de vagas; a desdobramentos de cadeiras para melhor suprir as necessidades dos cursos; a aprovação de novas disciplinas para a concessão de títulos de licenciados, bacharéis e especialistas. Mas analisarem, além disso, a escolha de profissionais e a composição de bancas de exames de teses para concessão de títulos de doutor em ‘Ciências, Letras, Filosofia e Educação’, com a homologação de estatuto específico – embora nele ainda não estivesse estruturado curso específico para cada nível –; reestruturarem cursos a partir de solicitações externas, como a separação oficial, em 1955, do curso de Geografia e História, em cursos autônomos; e ainda, pensarem a construção de novos institutos de pesquisa e o projeto de uma ‘cidade universitária’ (que viria a se consolidar apenas no

<sup>10</sup> Carta de Georges Dumas a bordo do Campana de 1/9/1935. In: Schwartzman, S. et al. 2000. *Tempos de Capanema*. São Paulo, Paz e Terra, pp. 342-243.

início da década de 1960).

Na cerimônia de colação de grau realizada no Teatro Municipal da cidade de São Paulo, a 27 de dezembro de 1950, para conferir os títulos de licenciados e bacharéis a mais uma turma que se formava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, aproveitava-se o momento para repetir um ritual de consagração e manter a ‘imagem’ que estava sendo construída sobre a instituição – ainda que atendendo agora as características pelas quais estavam passando o país e o Estado de São Paulo. Nela participaram como paraninfo o Prof. Dr. Fernando de Azevedo e o orador de turma Dante Moreira Leite, do curso de Filosofia, além, evidentemente, dos convidados e formandos. Na ocasião Fernando de Azevedo aproveitava para ‘reavivar’ as circunstâncias pelas quais passaram os atores sociais envolvidos na construção da instituição, ressaltando o papel que agora cabia ‘as novas gerações’ continuar por meio de sua atuação profissional.

“Não há atmosfera tão impregnada do sentimento de continuidade e de espírito de renovação como esta em que se envolve a solenidade de hoje, e que, ultrapassando-os, prolonga os mestres nos discípulos e mantém viva a idéia de ligação do passado e do presente, na sucessão ininterrupta de gerações de educadores (...) Mas, se essas tradicionais festas escolares assumem, por isto, o caráter de uma cerimônia ritual, por assim dizer religiosa, com que se alimenta uma fé constante no primado das cousas do espírito e nos fins superiores da vida, traz a solenidade magnífica desta noite um significado particular, verdadeiramente agradável a todos os que empenharam suas forças em obter, através da unidade de formação dos mestres, a unidade de espírito nas escolas normais e secundárias do país. Pela complexidade de sua estrutura, pela extensão de suas ramificações, a Faculdade de Filosofia que vos confere o grau de licenciado, visa, certamente, não estancar nenhuma fonte, levar em conta todos os pontos de vista e despertar o hábito e o gosto dos horizontes largos (...) Para essa função primordial de elevar, aperfeiçoar e renovar, de concentrar e difundir a cultura, filosófica, literária e científica, é que se fundou, como parte integrante do sistema universitário, a Faculdade em que terminastes vossos cursos, nas diversas seções de sua vasta e complexa organização (...) é dela que os outros institutos, guardadas as suas finalidades específicas, devem haurir os princípios universais da ciência para os fazer frutificar no campo da aplicação e da especialização profissional; é por ela, que tôdas as outras escolas superiores, que se elaboram a inter-penetração e a coordenação dos conhecimentos humanos, a unidade de espírito na diversidade dos estudos, a reintegração do saber num tipo de cultura...”<sup>11</sup>

A essa altura, o discurso de Fernando de Azevedo já dispunha de condições para possíveis comparações entre os anos 1930, antes da criação da Faculdade de Filosofia, e os anos 1940 e início dos anos 50. O seu objetivo foi mostrar a transição na

<sup>11</sup> Discurso do paraninfo prof. dr. Fernando de Azevedo. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1950*, 1952, pp. 56-58.

qual passava a sociedade brasileira: de tipicamente rural e agro-exportadora para urbana e industrial. E no interior dessa mudança assentava-se uma outra transformação: a expansão do ensino público em escolas oficiais de níveis primário e secundário. Na reorganização que passava a escola secundária, prosseguia Fernando de Azevedo, o papel do professor, formado em Faculdades de Filosofia, apresentava-se essencial para renovar o ensino, que ainda naquela altura dos anos 1950 era ministrado, indistintamente, tanto por não-licenciados (formados em outras áreas), como por licenciados<sup>12</sup>.

“Mas, a escola secundária, capaz de exercer essa função, na sua plenitude, não é como sabeis e já tendes a experiência, o tipo de escola que encontrareis no país, e sobre o qual, a despeito da transformação parcial dos métodos de ensino, não passou ainda um sópro vigoroso de renovação, inspirada no sentido real do humano e mais nitidamente orientada para a cultura do espírito. Aquêles, dentre vós, que pretendem dedicar-se ao magistério secundário e não à pesquisa e às atividades científicas, no domínio dos estudos em que se especializaram, terão, pois, sobre os ombros uma tarefa difícil e árdua – a de contribuir, cada qual na sua disciplina e todos, pela unidade fundamental de espírito e de métodos, para a renovação do ensino secundário no Brasil. A essência desse ensino virá do seu germe, de suas raízes, do ar que respirou, de tôdas as secretas influências de escolas como as Faculdades de Filosofia, mantidas no mais alto nível, de que deve ser o produto vivo, e cujos progressos, por sua vez, embora dependentes sobretudo do trabalho de seus mestres e do impulso dado às atividades criadoras, estão íntimamente ligados, pela base, aos do ensino secundário, em seu novo espírito e em suas novas formas”<sup>13</sup>.

Para Fernando de Azevedo, apoiando-se em dados oficiais, enquanto em 1930 existiam 5 ginásios estaduais no Estado de São Paulo, passava em 1933 para mais de 30 estabelecimentos e em 1950 para 170, dos quais 71 com colégios. Para ele o problema do mau funcionamento do ensino público oficial e particular estava relacionado à confluência de profissionais provenientes do ‘autodidatismo’ trabalhando paralelamente com profissionais especialistas (Nadai, 1991; Fonseca, 1997). Ainda que os concursos públicos efetivados, particularmente, no Estado de São Paulo, na década de 1940, solicitassem diploma para cada candidato, específico à área pretendida para lecionar, essas medidas pouco ou nada atingiram o problema. Por outro lado, a situação estava sendo agravada pelo próprio crescimento do ensino secundário no Estado, que havia causado, entre outros empecilhos: a falta de estabelecimentos, ou ainda, a má organização dos edifícios em funcionamento, com laboratórios e bibliotecas incipientes. Além disso, o número de professores apresentava-se insuficiente. E essa era a brecha, segundo Fernando de Azevedo, para a qual os licenciados das Faculdades de Filosofia deviam utilizar-se com o fim de ingressarem no sistema de ensino.

<sup>12</sup> Volta novamente a discutir o tema em: Azevedo (1971); Azevedo (1963).

<sup>13</sup> Discurso do paraninfo prof. dr. Fernando de Azevedo. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1950, 1952*, pp. 59.

No seu discurso, Dante Moreira Leite, além de concordar com as opiniões de Fernando de Azevedo, apontava outro ponto sobre o problema do ensino secundário: a má compreensão por parte da ‘sociedade civil’ das funções e das necessidades da pesquisa.

“[...] Temos compreendido a inteligência como ato milagroso, capaz de superar anos de pesquisa metódica (...) O mesmo acontece com a profissão que a maioria dos licenciados adota: o professorado. Pois também se julga que para ensinar determinado assunto, não é, de maneira alguma, necessário estudá-lo antes (...) não se compreendeu a importância decisiva que tem a formação de escola secundária, mesmo para os que vão seguir uma carreira liberal. Tem-se firmado a idéia da especialização, como se esta não supusesse, antes, um preparo geral, sem o que, longe de preparar um homem ou uma mulher as nossas escolas estarão fabricando técnicos incapazes de ser verdadeiros cidadãos. O resultado dessa estreita concepção do ensino como preparação para uma carreira, abandonando a educação como preparação para a vida, é que os nossos alunos saem da escola exatamente como entraram para ela. Além de um pequeno preparo técnico, não se nota um progresso, por pequeno que seja, no desenvolvimento da capacidade de pensar as situações concretas da existência; não se nota em que esses alunos são superiores aos que não tiveram possibilidades de preparo escolar. Em outras palavras, o estudo, nesse caso, foi perfeitamente inútil”.<sup>14</sup>

O fato concreto, portanto, que sobrepunha a fala de ambos foi o lugar a ser ocupado na sociedade pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Quer dizer, em momentos de transformações generalizadas deflagradas naquelas décadas na sociedade brasileira (como a urbanização repentina causada pelo crescimento populacional e pelo desenvolvimento industrial, a formação de ‘novos estratos sociais’ dentro da sociedade com a incorporação do imigrante europeu e asiático e a reestruturação do ensino oficial), qual deveria ser o posicionamento das instituições de ensino superior, já que desde os anos 1930, procurou-se construir uma tradição, onde as Faculdades de Filosofia, preferencialmente, deviam ser os suportes para a formação de ‘grupos dirigentes’?

Esse foi, efetivamente, o problema que pareceu, de tempos em tempos, situar-se nos cerimoniais de formatura e nos discursos de paraninfos e de oradores de turma. Na cerimônia realizada em fevereiro de 1952, referente à turma de formandos de 1951<sup>15</sup>, Eurípides Simões de Paula – antigo aluno da Faculdade de Filosofia na subseção de

<sup>14</sup> Discurso do orador, o Licenciado Dante Moreira Leite. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1950, 1952*, pp. 73-74.

<sup>15</sup> Atraso ocorrido por causa das paralisações daquele ano, em prol das Faculdades de Filosofia, que estavam em risco, em função de solicitações de ‘autodidatas’ e não-licenciados, junto ao congresso nacional, reivindicando-se paridades entre eles e os licenciados nos concursos e nas escolas. As greves das Faculdades de Filosofia fizeram o congresso nacional voltar atrás ao projeto de lei, que foi engavetado. Para maiores detalhes consultar: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951, 1952*, pp. 52-56; *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1952, 1953*.

Geografia e História, naquele momento professor catedrático da cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval e atual Diretor da Faculdade – foi o paraninfo, ao lado do licenciado em Ciências Sociais, Renato Jardim Moreira, orador da turma. No seu discurso Eurípides Simões de Paulo ressaltava que em “1932 (...) um grupo de intelectuais paulistas, chefiados por Alcântara Machado, fundou a Faculdade Paulista de Letras e Filosofia (...) [indicando] que o papel desempenhado pelas nossas tradicionais escolas superiores, Direito, Politécnica, Medicina, já não era suficiente” para subsidiar as necessidades da sociedade, que estava se tornando mais complexa.

Apoiando-se nos discursos de Júlio de Mesquita Filho pronunciados em 1936 (quando foi formando de turma), e outro em 1950, no I Congresso de ex-alunos da Faculdade de Filosofia (quando já era professor da Faculdade), Eurípides retornou a tradição discursiva para a qual a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Universidade de São Paulo ocorreu “principalmente devido ao desfecho da nossa Revolução [de 1932]. São Paulo iria agora disputar a primazia no campo intelectual, já que no terreno político parecia que perdera hegemonia”. Mas justamente por causa disso “a nossa Faculdade [nasceu], num ambiente de luta e de incompreensão e, nele, infelizmente, ainda nos mantemos”. Aí notaria o paraninfo as sutilezas dos paradoxos subjacentes a ‘memória coletiva’ que foi construída sobre aqueles eventos históricos, ao ressaltar a diversidade de interpretações que acabaram sendo elaboradas entre ex-alunos e professores. Também notava a divisão entre os ‘prós’ e os ‘contra’ a iniciativa da fundação da Universidade. Aos contra o projeto, outro fator contribuiu para a ‘incompreensão’. Quando Armando de Salles Oliveira enviou o professor Teodoro Ramos a Europa para contratar professores e pesquisadores para ministrarem disciplinas, em que no Brasil não havia especialistas, tivemos, segundo Eurípides, “então, um movimento de repulsa a Faculdade. Muitos autodidatas se insurgiram contra ela, sentindo-se prejudicados”<sup>16</sup>.

Por conta de todos esses fatores estiveram presentes aos discursos à repetição e o uso de uma tradição sobre a origem da instituição, fixada na ‘memória coletiva’, ora alicerçando as falas e as posteriores iniciativas, ora servindo de base para novas orientações de ação e planejamento. Tal foi à recepção daquela ‘tradição discursiva’, que Renato Jardim Moreira assim se referiu sobre a fundação da Faculdade de Filosofia: “originou-se da compreensão dessa realidade (...) estava presente ao espírito de seus fundadores a necessidade imperiosa de se organizar um Instituto para formar professores e pesquisadores capazes de satisfazer às exigências da vida moderna, por intermédio de uma formação universitária especializada”; e, ainda assim, uma “série de fatores, decorrentes de nossa formação histórico-social, tem contribuído para que o seu êxito não seja completo”<sup>17</sup>.

Por outro lado, Antônio Augusto Soares Amora, que foi paraninfo da turma de 1952, assim se manifestou sobre a manutenção de um discurso definidor da

<sup>16</sup> Discurso do Paraninfo, prof. dr. Eurípides Simões de Paula. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951, 1952*, p. 52.

<sup>17</sup> Discurso do orador da turma, o Licenciado Renato Jardim Moreira. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951, 1952*, p. 57.

<sup>18</sup> Discurso do Paraninfo, prof. dr. Antônio Augusto Soares Amora. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1952, 1953*, p. 51.

instituição: “Há anos que tenho no espírito uma obsessão: compreender e fazer compreender o espírito de nossa Faculdade; espírito que se vem definindo e que cada vez mais se impõe a todos nós como um imperativo de ordem intelectual e moral. Espírito que temos de compreender, e de defender, porque é a nossa marca no braço universitário, e porque é o caráter de uma instituição; e uma instituição só pode sobreviver e impor-se se lhe se avincam os traços da personalidade”<sup>18</sup>. Nesta cerimônia, que se realizou no Teatro de Cultura Artística, a 30 de dezembro de 1952, a oradora da turma, Marialice Mencarini Foracchi, além de concordar com a fala do paraninfo, assim se pronunciou: “Os ataques lançados contra a Faculdade não só provem dos diferentes setores da vida social que se definem hostis ao seu funcionamento, por não perceberem o significado de sua missão em nossa cultura, mas derivam também da própria estrutura interna da Universidade que abriga elementos incapazes de desenvolver juntamente a reconhecida capacidade profissional, a indispensável consciência universitária”<sup>19</sup>; e que acabava por se reproduzir em ações de licenciados formados pela instituição, que pouco ou nada defendiam os seus direitos ‘legítimos’ na sociedade brasileira.

Portanto, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo atravessava, entre as décadas de 1930 e 1950, um período de institucionalização das Ciências Humanas – que foi paralela em outras Faculdades de Filosofia criadas no país e no Estado de São Paulo –, posicionadas nas áreas de Filosofia, Ciências e Letras, em que o uso de instrumentos discursivos e administrativos foi à base para a manutenção de suas seções e subseções<sup>20</sup>, interna (entre alunos e professores) e externamente (junto à sociedade). As formas de manutenção da instituição – a partir da elaboração de uma ‘memória coletiva’ sobre os acontecimentos que vislumbraram a sua fundação –, ocorreram em um período de ‘transição da sociedade brasileira’ (Cano, 1998) e, por isso, as iniciativas receberam diversas interpretações<sup>21</sup>.

<sup>18</sup> Discurso da oradora da turma, a Licenciada Marialice Mencarini Foracchi. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1952*, 1953, p. 55.

<sup>20</sup> Cf. Freitas (1993). Embora a autora não analise os discursos de paraninfos e oradores de turma, entre as décadas de 1930 e 1950, para compreender a diversidade de interpretações sobre a fundação da Universidade de São Paulo que haviam sido incorporadas por ex-alunos e professores, a sua pesquisa contribui para revelar justamente a forma como ocorre a transmissão e assimilação da ‘memória coletiva’ de um grupo para outro.

<sup>21</sup> A construção desta ‘memória coletiva’ foi também ensejada por uma parte dos intérpretes da história da instituição. Ernesto de Souza Campos ao procurar historiar o processo de construção da Universidade de São Paulo procurou desenvolver os caminhos percorridos pela intelectualidade paulista. Diferente de sua oração como paraninfo, aqui o autor demonstrava a participação do grupo de ‘O Estado de S. Paulo’ e de Fernando de Azevedo, e o grupo da ‘Escola Nova’ (Campos, 1954). Heládio Antunha (1974) em sua tese de livre docência sobre a história da universidade procurava historiar os caminhos trilhados pela intelectualidade paulista para alcançarem a meta de construção de uma universidade no Estado. Diferente destes, Simon Schwartzman (1979; 1982), que não teve sua formação enraizada na Universidade de São Paulo, acabava também por concordar com as linhas gerais daquele relato que delineava a fundação e os objetivos da instituição, como uma forma de recuperar a hegemonia perdida pelo Estado de São Paulo. Nesse sentido, pode-se observar a força e os prolongamentos daquela ‘memória coletiva’ construída sobre a instituição entre os anos 1930 e 50. Evidentemente esse relato já foi consideravelmente revisto pela historiografia, como discorrem os trabalhos de: Prado (1974); Cardoso (1982); Nadai (1987); Limongi (1988); Freitas (1993). Todavia, até aqui nenhum trabalho procurava historiar a construção daquele relato fundador sobre a história da instituição.

## Fontes e Referências Bibliográficas

### a) Fontes impressas:

*Annaes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Sessão ordinária de 1937.* 1953. São Paulo, Indústria Gráfica Siqueira S. A., 3v.

USP, FFCL. 1937. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935.* USP, São Paulo, Empreza Grafica da “Revista dos Tribunaes”.

USP, FFCL. 1937. *Anuário da FFCL., 1936.* USP, São Paulo, Empreza Grafica da “Revista dos Tribunaes”.

USP, FFCL. 1939. *Anuário da FFCL., 1937-1938.* USP, São Paulo, Empreza Grafica da “Revista dos Tribunaes”.

USP, FFCL. 1953. *Anuário da FFCL., 1939-1949.* USP, São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 2v.

USP, FFCL. 1952. *Anuário da FFCL., 1950.* USP, São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda.

USP, FFCL. 1953. *Anuário da FFCL., 1951.* USP, São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda.

USP, FFCL. 1954. *Anuário da FFCL., 1952.* USP, São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda.

### b) Livros, artigos e teses:

ABREU, A. A. de et. al. 2001. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930.* 2ª ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro, Ed. FGV; CPDOC, 5v., pp. 5.175-180.

ABREU, R. 1996. *A fabricação do imortal – memória, história e estratégias de consagração no Brasil.* Rio de Janeiro, Rocco.

ALONSO, Â. 2002. *Idéias em movimento. A geração 1870 na crise do Brasil-Império.* São Paulo, Paz e Terra.

ANTUNHA, H. C. G. 1974. *Universidade de São Paulo: fundação e reforma.* São Paulo, Estudos e Documentos, FE\USP.

AZEVEDO, F. de. 1971. *História de minha vida.* São Paulo, Livraria José Olympio Editôra.

\_\_\_\_\_. 1963. *A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil.* 4ª ed. revista e ampliada. Brasília, Ed. UNB.

BALBACHEVISKY, E. 1996. *Atos e estratégias institucionais: a profissão acadêmica no Brasil.* Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo, USP.

BARROS, R. S. M. de. 1959. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade.* São Paulo, FFCL/USP (Boletim, n. 241).

BITTENCOURT, C. M. F. 1990. *Pátria, civilização e trabalho. O ensino de história nas escolas*

- paulistas (1917-1939)*. São Paulo, Edições Loyola.
- BUENO, B. A. B. 1987. *Associação de pais e mestres na escola pública do estado de São Paulo (1931-1986)*. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo, FE/USP.
- CAMPOS, E. de S. 1954. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo, USP.
- CANO, W. 1998. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas, Ed. UNICAMP.
- CARDOSO, I. A. R. 1982. *A universidade da comunhão paulista. O projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo, Cortez.
- CUNHA, M. V. da. 1992. *Indivíduo e sociedade no ideário escolanovista (Brasil: 1930-1960)*. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo, FE/USP.
- FAUSTO, B. 1997. *A revolução de 1930. História e historiografia*. São Paulo, Cia. das Letras.
- FREITAS, S. M. 1993. *Reminiscências*. São Paulo, Maltese.
- GOMES, Â. de C. 2002. A escola republicana: entre luzes e sombras. In GOMES, Â. de C. et al. (Org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/CPDOC, pp. 384-437.
- HAIDAR, M. de L. M. 1972. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo. Ed. Grijalbo/Edusp.
- HALBAWACHS, M. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice.
- LIMONGI, F. 1989. Mentores e clientela da Universidade de São Paulo. In: MICELI, S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/Editora Revista dos Tribunais/IDESP, 2v, pp. 111-187.
- \_\_\_\_\_. 1988. *Educadores e empresários culturais na construção da USP*. Campinas, 1988. Dissertação de Mestrado em História. Campinas, IFCH/UNICAMP.
- MATE, C. H. 2002. *Tempos modernos na escola. Os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. Bauru, Edusc; Brasília, INEP.
- MESQUITA FILHO, J. 1925. *A crise nacional. Reflexões em torno de uma Data*. São Paulo, Seção de Obras de O ESP.
- \_\_\_\_\_. 1969. *Política e cultura*. São Paulo, Martins.
- MICELI, S. 2001. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MOTA, C. G. 2000. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974). Pontos de partida para uma revisão histórica*. 9ª ed. São Paulo, Ática.
- NADAI, E. 1991. *A educação como apostolado: história e reminiscências (São Paulo, 1930-1970)*. Tese de Livre Docência em Educação. São Paulo, FE/USP.
- \_\_\_\_\_. 1987. *Ideologia do progresso e ensino superior: São Paulo, 1891-1934*. São Paulo, Edições Loyola.
- PRADO, M. L. C. 1974. *A ideologia liberal de 'O Estado de São Paulo' (1932-1937)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo, FFLCH/USP.
- SAWAIA, P. 1979. *Esboço histórico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1969*. São Paulo, USP.

SCHWARTZMAN, S. et al. 2000. *Tempos de Capanema*. São Paulo, Paz e Terra; Rio de Janeiro, FGV.

SCHWARTZMAN, S. 1979. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro, Financiadora de Estudos e Projetos.

\_\_\_\_\_. (Org.). 1982. *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, CNPq.

SILVA, S. 1985. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega.

TRIGO, M. H. B. 1997. *Espaços e tempos vividos: estudo sobre os códigos de sociabilidade e relações de gênero na Faculdade de Filosofia da USP (1934-1970)*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP.